

# “The Road from Mandalay”: Orwell e o Imperialismo

## 1. Introdução

É possível que a citação incluída no título deste artigo surja aos leitores e leitoras como vagamente familiar e conhecida. Muitos certamente a identificarão como sendo um verso do famoso poema de Kipling “Mandalay” (ou a lembrarão na sua popular versão musical), mas ao reconhecimento seguir-se-á rapidamente a constatação de que algo não soa bem: o verso do poema é, com efeito, “the road *to* Mandalay” e não “*from* Mandalay”. Contudo, os mais conhecedores da obra de Orwell não terão dificuldade em reconhecer a citação como provindo da frase inicial da Segunda Parte de *The Road to Wigan Pier*, que reza, na sua totalidade: “The road from Mandalay to Wigan is a long one and the reasons for taking it are not immediately clear” (Orwell 1974: 106). Orwell está, portanto, a glosar Kipling, e a variação que deliberadamente introduz no conhecido verso não pode deixar de ser significativa. De facto, a frase consubstancia algumas das vertentes essenciais da relação de Orwell com o Império, e como tal apresenta-se como um ponto de partida privilegiado para uma análise do seu posicionamento perante o sistema colonial.

Em primeiro lugar, a expressão recorda-nos que, para Orwell, o Império não é meramente uma entidade abstracta que lhe levanta objecções de ordem ideológica ou política, mas também parte integrante da sua experiência de vida. Como é sabido, Orwell foi durante cinco anos membro da Indian Imperial Police, imediatamente após ter terminado os estudos em Eton, seguindo assim a tradição familiar de serviço colonial. Essa sua primeira experiência profissional como oficial de polícia na Birmânia marcou-o profundamente e a essa vivência atribuiu

Orwell persistentemente o seu “ódio” ao sistema: “In order to hate the empire you have to be part of it” (*ibidem*: 127), afirma o autor mais adiante na obra de onde foi extraída a citação. Sem levarmos à letra tão categórica afirmação, que dá uma injustificada primazia ao empírico sobre o ideológico, não é demais acentuar o quanto o seu conhecimento “de dentro” de um governo colonial determinou a sua subsequente posição enquanto opositor do Império. Mandalay, onde fez a recruta, permaneceu para Orwell como símbolo do seu envolvimento – e sobretudo da sua cumplicidade – com um sistema injusto e opressivo, uma fase da sua vida que, num típico eufemismo, virá a descrever como “five boring years within the sound of bugles” (Orwell 1998: XII, 272), e sobre a qual afirmará, desta vez em tom mais confessional e bem mais radical: “by the end of that time I hated the imperialism I was serving with a bitterness which I probably cannot make clear” (Orwell 1974: 126).

A paráfrase do verso de Kipling, com a inversão do sentido do percurso que aí se institui (*de Mandalay e não para Mandalay*), denota, assim, o afastamento de Orwell em relação ao mundo colonial em que temporariamente participou, e que Kipling, enquanto poeta e contista do Império, claramente simboliza. Tendo isto em conta, não será abusivo lermos também a frase como uma rejeição, por parte de Orwell, da retórica glorificadora do Império e de toda uma tradição literária que enaltecia “the white man’s burden” e reforçava a auto-imagem de uma Inglaterra sobranceiramente imperial. A escrita de Orwell sobre a colonização situa-se sempre deliberadamente *longe* da Mandalay que Kipling romantizou e popularizou no seu poema, subvertendo, tanto em *Burmese Days* como em “A Hanging” e “Shooting an Elephant”, a convenção do género das memórias coloniais que até aí era predominante, e que tanto tinha contribuído para autorizar o domínio britânico sobre outros povos e o legitimar perante a sociedade inglesa.

Finalmente, um último aspecto da citação é merecedor da nossa atenção: Orwell inicia a Segunda Parte de *The Road to Wigan Pier* com a menção de um percurso efectuado, de uma viagem que o levou da Mandalay colonial à Wigan empobrecida onde a obra nos situa. Um percurso que é, evidentemente, não só literal como sobretudo metafórico, e que devemos entender não apenas na sua dimensão autobiográfica e empírica, mas também política, ideológica e literária. Entre ser membro da Imperial Police na Birmânia e escritor de um documentário sobre o Norte de Inglaterra durante a Grande Depressão e advogado do socialismo democrático vai uma grande distância e interpõe-se um

longo e complexo caminho que Orwell percorreu e de que nos dará conta nos capítulos seguintes da obra (a ela voltaremos mais adiante neste artigo). De momento, retenhamos a ideia de que ele próprio, com a lucidez e o espírito de auto-crítica que lhe são habituais, reconhece que passou por um processo de amadurecimento e de evolução, que, na questão do Império como em tantas outras, se orientou no sentido de uma perspectiva mais complexa, mais ambivalente e mais abrangente dos problemas. Muito medeia, com efeito, entre *Burmese Days*, o primeiro romance que escreveu, e a discussão sobre a natureza e o futuro do Império que encontramos na sua produção ensaística e jornalística durante os anos de guerra, entre o ódio pessoal a um sistema que o colocou na indesejada posição de opressor e a reflexão madura e distanciada (mas nem por isso menos crítica) que progressivamente foi adquirindo e que se revela nos textos posteriores.

Será objectivo deste estudo traçar precisamente as linhas de orientação deste percurso, nos seus vários estádios e etapas, sem deixar de se integrar o pensamento orwelliano sobre a matéria no contexto mais alargado da sua evolução como escritor político e polémico – porque, para Orwell, o anti-imperialismo é apenas uma das vertentes do projecto mais vasto em que se empenhou, e que ele explicitamente refere, em “Why I Write”, do seguinte modo: “Every line of serious work that I have written since 1936 has been written, directly or indirectly, *against* totalitarianism and *for* democratic Socialism, as I understand it” (Orwell 1998: XVIII, 319).

É uma dimensão da obra orwelliana que tem sido algo descurada pela crítica. Ou melhor, a posição de Orwell como crítico do Império tem sido tomada como tão óbvia que dispensa grandes comentários ou uma investigação aprofundada, resumindo-se por regra a discussão a leituras simplisticamente biografistas de *Burmese Days* e de “A Hanging” e “Shooting an Elephant” ou, quando muito, a comentários dispersos e normalmente pouco fundamentados sobre o seu maior ou menor radicalismo enquanto opositor do sistema colonial.

Uma das razões mais óbvias para tal descuro é, sem dúvida, a ênfase da crítica na produção romanesca de Orwell em geral, e em particular em *Animal Farm* e *Nineteen Eighty-Four*, não existindo até à data qualquer estudo que dedique uma atenção equivalente à sua obra não-ficcional, em particular aos ensaios e aos numerosos textos jornalísticos que publicou. Ora limitar uma análise do pensamento orwelliano sobre o imperialismo apenas ao romance (e quando muito a sucintas análises dos dois ensaios) produzirá uma visão distorcida e truncada da posição

do autor sobre o problema. Só de uma perspectiva extremamente redutora é possível afirmar que “the anti-imperialism of *Burmese Days* took second place to Orwell’s other priorities” em anos mais tardios (Lucas 2003: 24), ou concluir uma análise do romance afirmando que “[t]he theme of *Burmese Days* is not anti-colonialism but the failure of community” (Lee 1969: 19), ou ainda sugerir que “Orwell’s colonial Burma is a less cosmopolitan version of Eliot’s bleak waste land of twentieth-century Europe” (Smyer 1979: 36).

Evidente nas duas últimas afirmações, como na opinião de muitos outros críticos, é a tentativa de despolitização de Orwell e a desvalorização de um tema que, se bem que menos visível do que outros à superfície dos seus romances, continuou a ser parte estruturante da sua luta contra o totalitarismo e trave-mestra da sua tentativa de reinvenção de uma Inglaterra democrática e socialista.

Particularmente sentida é a falta de estudos sobre Orwell que o leiam à luz dos recentes desenvolvimentos teóricos dos Estudos Pós-coloniais, que tanto têm contribuído para uma desmontagem do discurso colonial e dos mecanismos de construção identitária que o sistema exige tanto do colonizador como do colonizado. A nossa compreensão da obra orwelliana sobre o fenómeno da colonização só ganhará com a utilização de instrumentos teóricos que nos ajudem a compreender o que, na sua escrita, se afigura a muitos como falha, inconsistência, incoerência ou mesmo branqueamento (mais ou menos consciente) de alguns dos aspectos menos defensáveis do colonialismo.

Não se argumentará aqui que Orwell é inatacável crítico do Império, assim como não se proporá, anacronicamente, que o autor possuía as bases teórico-críticas necessárias que fundamentam a visão actual destas questões. Orwell não é um ideólogo, filósofo ou sociólogo, nem sequer alguém que tenha grande simpatia por modelos teóricos totalizantes (sejam eles de esquerda ou de direita) de explicação do mundo.<sup>1</sup> As suas limitações (umas históricas, outras pessoais) são inegáveis, mas não nos devem impedir de ajuizar da sua contribuição, enquanto escritor assumidamente político, para o nosso entendimento do modo de funcionamento de um sistema que Orwell conheceu por dentro e sobre o qual foi fazendo uma reflexão aprofundada.

Acima de tudo, e independentemente das suas opiniões expressas (directa ou indirectamente) sobre a natureza e a forma de actuação do Império, valorizar-se-á sobretudo a atitude intelectual, crítica e literária do autor perante o que lhe surgiu primeiro como experiência pessoal (vívda íntima e portanto silenciosamente), mas a que conseguiu, gra-

dualmente, ao longo dessa “road from Mandalay”, conferir uma dimensão pública, colectiva, enfim, política, no sentido lato do termo.

## 2. *Burmese Days* e “A Hanging” – “I was young and ill educated”

*Burmese Days* foi o primeiro romance que Orwell escreveu, embora tenha sido publicado já depois de *Down and Out in Paris and London* ter saído à estampa. A razão de ser deste facto interessa-nos para a questão em apreço: o manuscrito do romance foi inicialmente rejeitado por Victor Gollancz, que receava que a obra provocasse escândalo na comunidade britânica na Índia e na Birmânia, se não mesmo nalguns meios mais conservadores da própria Inglaterra.<sup>2</sup> Assim, a obra acabou por ser publicada em primeiro lugar nos Estados Unidos, em Outubro de 1934, tendo a edição inglesa surgido apenas em Abril de 1935, depois de Gollancz ter exigido a Orwell a alteração dos nomes de algumas personagens e locais que poderiam dar lugar a processos de difamação por parte dos que se poderiam sentir mal (ou demasiadamente bem?) representados na obra.<sup>3</sup> Que *Burmese Days* foi uma obra subversiva para a época está, assim, fora de dúvida, como o prova também o facto de ter sido impedida a publicação e a venda do romance na Índia até à data da independência do país.

Como Peter Davison correctamente nos lembra (Davison 1996: 46), o título da obra, que parece evocar os relatos nostálgicos de memórias coloniais, é deliberadamente irónico. O leitor incauto que esperasse encontrar, por parte de um ex-oficial colonial, a habitual idealização sobre a vida da comunidade britânica na Índia veria as suas expectativas rapidamente defraudadas pela leitura da obra. Nela se traça, com efeito, um retrato devastador da sociedade dos *pukka sahibs*, em que a mediocridade intelectual, a incompetência profissional e a falta de valores éticos e morais rivalizam com o racismo, a indiferença, a rapacidade e a violência exercida sobre o Outro colonial. E se quaisquer dúvidas restassem sobre a imagem que o romance nos dá da colonização, passos como os seguintes, que nos transmitem a posição de Flory, a personagem central da obra, seriam esclarecedores da posição ideológica do autor:

What was at the centre of all his thoughts now, and what poisoned everything, was the even bitterer hatred of the atmosphere of imperialism in which he lived. [...] The Indian Empire is a despotism – benevolent, no doubt, but still a despotism with theft at its final object. (Orwell 1975: 65)

Ou veja-se ainda como Flory avalia o ambiente intelectual e moral da comunidade britânica:

Your whole life is a life of lies. Year after year you sit in Kipling-haunted little clubs, whisky to the right of you, *Pink'un* to the left of you, listening and eagerly agreeing while Colonel Bodger develops his theory that these bloody Nationalists should be boiled in oil. You hear your Oriental friends called “greasy little babus”, and you admit, dutifully, that they *are* greasy little babus. You see louts fresh from school kicking grey-haired servants. The time comes when you burn with hatred of your own countrymen, when you long for a native rising to drown the Empire in blood. (*ibidem*: 66)

A influência de Kipling, assumida na citação, está bem presente em todo o romance, na descrição do quotidiano da comunidade anglo-indiana a que Kipling, sobretudo no universo dos seus contos, e em geral o género do relato colonial nos habituaram (e como escrever sobre a Índia sem ter Kipling em conta?). Mas *Burmese Days* olha para estas figuras sem a tolerância e a simpatia que Kipling claramente nutre por um mundo que é em tudo o seu, e com o qual tem claras afinidades ideológicas.

Pelo contrário, o romance de Orwell insiste sobretudo, através da figura do seu protagonista, na alienação e no afastamento de um inglês em relação à comunidade dos colonizadores, que lhe inspira um ódio visceral e que, como se lê no final do último passo citado, Flory imagina até, com prazer perverso, ver justamente chacinada pelos oprimidos. A violência (apenas verbal, deva-se esclarecer) da personagem contra os seus conterrâneos – e não contra os birmaneses, com quem tem relações em geral amistosas e por cuja cultura atipicamente se interessa – e a sua rejeição de um sistema por eles construído e mantido é a questão central de *Burmese Days*, à volta da qual gira toda a trama e na qual radica a “mensagem” política do texto. Flory, diz-nos a obra, descobriu a verdadeira natureza do Império, desmascarou a retórica da “missão civilizadora”, expôs à luz a mentira da colonização, descobriu o “horror” que existe no centro do projecto imperial.

Mas infelizmente Flory não é um Kurtz, nem *Burmese Days* é comparável a *Heart of Darkness*, obra que também de forma indirecta se pode considerar como influência no romance orwelliano. Sem a estatura, a profundidade e a complexidade da personagem de Conrad, Flory

poderá inspirar alguma simpatia por parte dos leitores e leitoras, mas é no fundo uma personagem insatisfatória, como insatisfatório é, em geral, o romance, quer como obra literária, quer como denúncia do sistema colonial.

Em grande parte, o romance falha a estes dois níveis – literário e político – pela mesma ordem de razões: Flory, tal como o Orwell que viveu a experiência colonial e agora escreve sobre ela, está demasiadamente próximo desse mundo, preso em contradições que não só não sabe como resolver, como não consegue articular nem contextualizar em toda a sua ambivalência e ambiguidade. Demasiado próximo está também Orwell do seu protagonista, que indubitavelmente veicula uma experiência autobiográfica intensa e desestabilizadora, e em relação ao qual não se consegue criar a necessária distância crítica.

*Burmese Days* é, em última análise, um romance de tese, e tanto o enredo como as personagens pecam por falta de densidade e de autonomia e por excesso de identificação com a mensagem que Orwell queria fazer passar na obra. E falha também em parte a própria tese da obra – a de que o colonialismo é imoral e injusto – uma vez que a revolta contra o sistema é vista ainda como algo do foro pessoal e íntimo, vivido subjectivamente por figuras isoladas, alienadas da comunidade a que deviam pertencer, rebelando-se interiormente contra a colonização, mas incapazes de a perspectivar em termos colectivos e públicos. E se o silêncio de Flory, que – por cobardia e inércia – pactua com a “mentira” do Império, não se pode atribuir ao autor (que, afinal, quebrou esse silêncio, alguns anos depois, ao escrever a obra), a verdade é que em *Burmese Days* Orwell ainda não tinha encontrado a voz e a *persona* que lhe permitirão, mais tarde, transformar a experiência autobiográfica em algo com um significado mais vasto e politicamente mais interventivo.

Em grande parte, daqui resulta o pessimismo da obra que muitos críticos detectam, essa imagem do Oriente como uma “bleak wasteland” que Richard Myers refere, e que tem origem, não tanto na influência modernista (que é indiscutível no autor em início de carreira), mas no facto de Orwell não ter ainda descoberto o potencial da figura do “outsider”, quer em termos literários, quer políticos. Flory é, com efeito, um “estranho” em relação à comunidade em que se insere, mas o seu afastamento produz apenas a solidão, a sensação de claustrofobia e a impotência. Isto é, Flory é um “outcast”, mas não um “outsider” no sentido em que Raymond Williams define e valoriza o narrador orwelliano dos ensaios e documentários: “Realising his experience – not only what had happened to him and what he had observed, but what he felt about

it, the self-definition of ‘Orwell’, the man inside and outside the experience” (Williams 1971: 50). Essa figura, que se situa ao mesmo tempo dentro e fora da experiência narrada, que consegue articular o empírico e o teórico e potencializar tanto as vantagens do testemunho pessoal como as da reflexão mais ampla e contextual sobre os problemas, só mais tarde nos surgirá na escrita orwelliana.

Em *Burmese Days* encontramos ainda um protagonista que por um lado se situa demasiadamente “dentro” da experiência (que por isso a entende, acima de tudo, como conflito pessoal e moral), e por outro se coloca “fora” da sociedade colonial apenas porque social – e mais uma vez moralmente – não se integra no mundo da comunidade anglo-indiana. Flory deixa-nos o seu grito de revolta contra o colonialismo, mas, tal como o próprio Orwell, não consegue “sair” da experiência e imaginar qualquer forma produtiva de resistência a um estado de coisas que se lhe apresenta como errado e injusto.

De uma perspectiva contemporânea, muito há a objectar a *Burmese Days*, que enferma ainda do tom paternalista, se não mesmo racista, do discurso colonial típico. Os leitores e leitoras actuais poderão ficar chocados, por exemplo, com o retrato de uma personagem como a do vilão U Po Kyin, cujo retrato muito deve aos tropos recorrentes de representação do Outro que encontramos na retórica colonial;<sup>4</sup> ou ainda com a forma como as personagens femininas do romance são todas, de um modo ou de outro, figuras de mulheres castradoras; ou finalmente com a inépcia de um protagonista que clama em privado contra o sistema, mas publicamente pactua com ele, e se suicida não se percebe bem se como gesto de revolta contra o colonialismo, se por ter sido frustrado na sua relação amorosa.

Enfim, *Burmese Days* é, passe o coloquialismo, uma confusão: Orwell hesita entre a sobrançeria de um Kipling, a seriedade de um Conrad e o cinismo de um Somerset Maugham; entre a sátira e a tragédia; entre o panfleto político e o romance sentimental sobre a solidão e o amor não-correspondido com o exótico como pano-de-fundo. Mas apesar da imaturidade, a muitos níveis, do texto, ele apresenta-se como de interesse num determinado sentido: *Burmese Days* demonstra, se bem que ainda embrionariamente, as preocupações de um Orwell posterior, o escritor politicamente empenhado, que pega na caneta, como ele diz, “because there is a lie I want to expose, some fact to which I want to draw attention” (Orwell 1998: XVIII, 319). Esse Orwell faz aqui a sua primeira intervenção, se bem que incipiente, demonstrando já a sua capacidade de indignação perante o que considera errado, incorrecto ou indefensável.

Curiosamente, no seu testamento literário Orwell procurou impedir a reedição de alguns dos seus primeiros romances, mas *Burmese Days* não consta da lista dos que o autor preferia ver esquecidos pela posteridade. Tendo a noção do fraco mérito literário da obra, que, como ele admite, está repleta das “purple passages” que mais tarde, e num esforço consciente, tentou expurgar da sua prosa (*ibidem*: 317-318), Orwell evidencia ainda assim uma clara parcialidade por esta sua primeira tentativa enquanto romancista. E a razão de ser deste facto só pode residir no conteúdo anti-imperialista do texto, e na sua intenção, no final da vida, de construir retrospectivamente a sua *persona* literária como crítico do colonialismo e de como tal ser lembrado no futuro.

Não nos resta muito espaço, no final da análise desta primeira fase da relação de Orwell com a questão imperial, para nos determos em “A Hanging”, ensaio publicado, aliás, antes do romance, e a que do mesmo modo se aplica a citação do autor presente no subtítulo desta secção. No ensaio, encontramos ainda um Orwell “young and ill educated” política e literariamente, se bem que os seus dotes como ensaísta se comecem a revelar bem maiores do que a sua arte como romancista. Com efeito, o texto tem uma unidade, uma coerência e um controle da técnica narrativa que estão ausentes de *Burmese Days*, e que não decorrem exclusivamente do formato mais curto e por necessidade mais coeso do ensaio. “A Hanging” é, com toda a justiça, um dos mais conhecidos e lidos ensaios de Orwell, a par de “Shooting an Elephant”, texto a que normalmente vem associado em estudos sobre o autor. No entanto, neste contexto particular “A Hanging” não merecerá uma análise exaustiva, e a comparação com “Shooting an Elephant” deverá provar, na secção seguinte e por contraste, a grande evolução que Orwell sofreu entre o início da década de 30 e os anos 40.

A razão de ser do apelo de “A Hanging” releva em grande parte da oscilação já detectada em *Burmese Days* entre a condenação moral da injustiça e a denúncia política do colonialismo. O ensaio permite as duas leituras, e oferece por isso a variados/as leitores e leitoras aquilo que cada um/a procura no texto. Não sendo isto, evidentemente, defeito apontável a uma obra literária (que tanto mais valorizamos quanto mais ela se abre a uma pluralidade de leituras), a verdade é que o ensaio continua a hesitar entre os dois pratos da balança, e em última análise dá mais peso ao primeiro do que ao segundo.

Lembremos rapidamente alguns traços do texto que suportam esta opinião: o “eu” narrativo é anónimo, pouco se sabendo da sua identidade pública ou da razão de ser da sua participação no enforcamento;

as referências à localização da história são mínimas – a “Burma” do texto funciona mais como um espaço paradigmático do que concreto e histórico; nunca é referido o crime do prisioneiro, que determinou a sua condenação à morte; enfim, existem no texto uma série de omissões estratégicas, cujo efeito cumulativo é o desenraizamento do texto do contexto colonial em que a acção decorre. Acrescem a isto alguns outros traços da narrativa que a orientam no mesmo sentido a-temporal e a-histórico: um prisioneiro que é escoltado até ao lugar da execução por guardas nativos, que executam ordens de um invasor; as interrupções e as paragens no percurso; a passividade do prisioneiro, que resignadamente se deixa conduzir à morte; o seu grito, nos últimos momentos, invocando Deus – tudo isto nos remete para a grande narrativa arquétipa da paixão de Cristo, conferindo assim um significado universalizante à experiência aí descrita.

Satisfatório como ensaio, enquanto condenação do colonialismo “A Hanging”, tal como *Burmese Days*, deixa muito a desejar. Nele se encontra ainda a mesma dificuldade em perspectivar a experiência pessoal do narrador em termos que ultrapassem os da epifania, transitoriamente vivida, sobre o carácter injusto de uma situação. Significativamente, o narrador do texto é, em 90% do mesmo, um “we” que facilmente identificamos com a comunidade dos colonizadores, e da qual o narrador se separa, assumindo uma perspectiva individual, apenas nesse momento epifânico do texto, em que subitamente descobre “what it means to destroy a healthy, conscious man” (Orwell 1998: X, 208). Mas depois de terminada a execução (e que alívio para todos, incluindo os leitores e leitoras), o narrador é mais uma vez subsumido pela comunidade dos opressores, participando na culpa colectiva e reintegrando-se na sociedade a que pertence.

“A Hanging” é, ainda, um texto que demonstra uma visão simplista e imatura das complicadas relações entre colonizador e colonizado. O modelo arquétipo que subjaz ao texto assim o impõe, configurando uma dicotomia estreita entre “bons” e “maus”, vítimas e opressores, a impotência do povo subjugado e a autoridade absoluta do dominador britânico. Uma questionação do colonialismo que, como a crítica hoje reconhece, reproduz os binarismos e as dicotomias do pensamento eurocêntrico, institui uma dialéctica rígida e redutora entre poder e vítima, não deixando, portanto, margem de manobra para qualquer forma de negociação ou resistência. Ao texto se poderia apontar a mesma falha que alguns críticos detectam nos primeiros estudos críticos sobre o colonialismo,<sup>5</sup> que, tal como o ensaio em apreço, estão presos a dualismos

estáticos e monolíticos e não conseguem evitar o impasse criado por um modelo em que o Ocidente hegemônico se confronta com um Outro passivo e impotente, ignorando-se assim as contradições internas de cada um dos termos e não se levando em conta as ambivalências, derrapagens e rupturas da construção identitária que sustenta o sistema.

No momento seguinte do seu percurso como escritor e como pensador destas matérias, Orwell consegue ultrapassar algumas destas dificuldades, reposicionando os termos da questão e reposicionando-se a si mesmo relativamente à sua experiência do mundo colonial.

### 3. “Shooting an Elephant” e *The Road to Wigan Pier* – “Facing unpleasant facts”

Não é, mais uma vez, coincidência o facto de estes dois textos, tal como *Burmese Days* e “A Hanging”, serem praticamente contemporâneos. Ambos se integram numa fase determinante da escrita orwelliana, um ponto de viragem que dará início à produção da sua maturidade. Depois de ter tentado “lavar a alma” da culpa imperial partilhando a vida de vagabundos e marginais<sup>6</sup> (experiência que deu origem ao seu primeiro documentário, *Down and Out in Paris and London*), Orwell reconhece o carácter vão e infrutífero dessa forma de expiação e, muito significativamente para os nossos propósitos, admite a imaturidade e o simplismo com que olhara o fenómeno da colonização:

I was conscious of an immense weight of guilt that I had got to expiate. I suppose that sounds exaggerated; but if you do for five years a job you thoroughly disapprove of, you will probably feel the same. I had reduced everything to the simple theory that the oppressed are always right and the oppressors are always wrong: a mistaken theory, but the natural result of being one of the oppressors myself. I felt I had got to escape not merely from imperialism but from every form of man’s dominion over man. I wanted to submerge myself, to get right down among the oppressed, to be one of them and on their side against their tyrants. (Orwell 1974: 29-30)

“But unfortunately you do not solve the class problem by making friends with tramps” (*ibidem*: 135), acrescenta Orwell em jeito de conclusão ao relato deste processo por que passou enquanto jovem. “Nem se resolve o problema do colonialismo”, poderíamos acrescentar, certamente com a concordância do autor, cujas palavras se podem, e devem,

entender também como crítica à sua escrita anterior sobre o colonialismo. A capacidade de perspectivação do passado biográfico e literário dá-nos bem a medida da transformação de Orwell, de tal modo consegue reflectir criticamente sobre a sua imaturidade anterior e distanciar-se da posição simplista e ingénua com que encarara a questão. Um Orwell diferente, portanto, que em *The Road to Wigan Pier* reconhece que a denúncia do Império passa, antes de mais, pela denúncia de parte de si próprio – não só enquanto cúmplice do sistema, mas também como figura (a um tempo individual e colectiva) que tipifica a ineficácia de uma revolta meramente sentimental e moral contra o colonialismo.

O mesmo desdobramento do narrador, entre o “eu” que vive a experiência e o “eu” que posteriormente escreve sobre ela (ou, se quisermos utilizar a terminologia de Franz Stanzel, entre o “experiencing-self” e o “narrating-self” [Stanzel 1971: 61]), acontece em “Shooting an Elephant”, e aí radica em grande parte o sucesso deste texto onde “A Hanging” falha: agora sim, há uma entidade que, assumindo não só a sua colaboração na opressão do Outro, se posiciona também “de fora” da situação, olhando criticamente para si própria e entendendo-se a si mesma, entendendo esse Outro e as relações que entre ambos se estabelecem em toda a sua ambivalência e complexidade.

O narrador de “Shooting an Elephant” move-se, com efeito, num mundo que já não é a preto-e-branco, maniqueisticamente composto por “bons” e “maus”, colonizados e colonizadores. Ele próprio se encontra interiormente dividido entre o sentimento privado de ódio contra o Império e o seu papel público de “sub-divisional police officer of the town”, entre a sua simpatia pela causa nacionalista birmanesa e a raiva contra as “sneering yellow faces” que o insultam em cada esquina e lhe passam rasteiras nos jogos de futebol (Orwell 1998: X, 501). A articulação de opostos e a identificação e verbalização da esquizofrenia criada pelo sistema colonial, ausentes nas obras anteriores, são da responsabilidade do “narrating-self”, já bem longe do “experiencing-self” que, “young and ill-educated” (a expressão vem precisamente deste ensaio), apenas entendia a experiência como “perplexing and upsetting” (*ibidem*):

With one part of my mind I thought of the British Raj as an unbreakable tyranny, as something clamped down, *in saecula seculorum*, upon the will of prostrate peoples; with another part I thought the greatest joy in the world would be to drive a bayonet into a Buddhist priest's guts. Feelings like these are

the normal by-products of imperialism; ask any Anglo-Indian official, if you can catch him off duty. (*ibidem*: 502)

As tensões e discrepâncias entre o pessoal e o público, a teoria e a prática, o empírico e o ideológico adquirem no ensaio uma dimensão supra-individual e surgem como resultado de condicionantes mais vastas em que o sujeito se insere. Um sujeito que assim nos surge radicalmente dividido em si mesmo, duplamente inscrito perante uma situação complexa e contraditória, cuja ambiguidade entende agora, com o distanciamento crítico entretanto adquirido, como estrutural e não meramente como pessoal. Consciente está também o “narrating-self” da construção identitária implícita nos papéis que o sistema lhe reserva a ele, enquanto colonizador, e aos indianos, enquanto colonizados. No momento climático do texto, em que o narrador se apercebe de que, contra o seu desejo, é obrigado a matar o elefante, uma vez que é essa a expectativa dos nativos sobre o que deve ser o comportamento decisivo e determinado do colonizador inglês, a natureza do sistema colonial apresenta-se-lhe em toda a sua ambivalência – e também em toda a sua precariedade:

And it was at this moment, as I stood there with the rifle in my hands, that I first grasped the futility of the white man’s dominion in the East. Here I was, the white man with his gun, standing in front of the unarmed native crowd – seemingly the leading actor of the piece; but in reality I was only an absurd puppet pushed to and fro by the will of those yellow faces behind. I perceived in this moment that when the white man turns tyrant, it is his own freedom that he destroys. He becomes a sort of hollow, posing dummy, the conventionalized figure of a sahib. For it is the condition of his rule that he shall spend his life in trying to impress the “natives” and so in every crisis he has got to do what the “natives” expect of him. He wears a mask, and his face grows to fit it. (*ibidem*: 504)

Com grande clareza sobressai deste passo a interdependência das figuras do colonizador e do colonizado, ou seja, o facto de, dentro do sistema colonial, cada uma das identidades implicar necessariamente a outra, num jogo/peça dramática em que cada um tem de assumir os papéis que lhe são reservados. Mas não significa isto que estejamos a ler a situação como exemplo da velha dicotomia entre “aparência” e “realidade”, numa visão essencialista em que tanto colonizador como colo-

nizado escondem a sua “verdadeira” identidade e assumem temporariamente uma “máscara” que a substitui. O texto tem consciência de que o processo vai mais fundo e mais longe: “his face grows to fit it”, diz-se do colonizador, mostrando assim que a interiorização da sua identidade como figura de autoridade é indispensável para a criação e manutenção do sistema, e que o seu poder tem de ser constante e repetidamente exercido (lembrado) perante o colonizado.

Mas o exercício do poder colonial radica (como Homi Bhabha nos lembra), numa ambivalência central na forma de representação do Outro (e do Eu-colonizador, poderíamos acrescentar), em estereótipos que são “a complex, ambivalent, contradictory mode of representation, as anxious as [they are] assertive” (Bhabha 1994: 70), pressupondo, portanto, a um tempo, a insistente exibição do poder e a ansiedade ou medo da perda de autoridade sobre o Outro. Parece ser precisamente o que o narrador de “Shooting an Elephant” descobre nesta curiosa situação, em que é chamado a agir segundo o mito construído acerca da figura do colonizador, ao mesmo tempo que descobre as frágeis bases em que assenta o seu domínio sobre o colonizado. Estranhamente (ou talvez não), a revelação ocorre no momento em que os papéis habituais parecem inverter-se, e em que ele, símbolo do poder britânico, é manipulado pelo súbdito colonial, passando aparentemente de opressor a vítima.

É um momento problemático do texto, que poderíamos ler ingenuamente como forma de branqueamento do Império. Afinal, quem tem aqui o poder? O inglês, que sensatamente não quer matar o elefante, ou a multidão ululante, que quer gozar o espectáculo primitivo do sacrifício do animal e o obriga a atirar? Mas não é isso, de facto, que se passa; antes o que aqui está em causa é o desmascarar de um poder tido como hegemónico e monolítico, e o assumir das contradições internas do sistema e das figuras por ele criadas. Nos interstícios dessas contradições se abre o espaço de questionação do sistema, e através delas se revelam as brechas e as rupturas no edifício supostamente sólido do poder colonial. Mais do que a lição (já aprendida com Conrad) de que o colonialismo destrói, em última análise, o colonizador, o que devemos extrair como conclusão do passo acima citado (e do ensaio em geral) é que as bases de sustentação do sistema colonial são de extrema complexidade e de profunda ambivalência: ao mesmo tempo ilusórias – porque baseadas numa estratégica construção identitária das duas entidades que o compõem, no mito do que é ser inglês e nos estereótipos derogatórios criados sobre o Outro – e reais, porque determinam a acção concreta das partes envolvidas e implicam comportamentos que muitas vezes se

traduzem numa questão de vida ou de morte – quanto mais não seja de um elefante.

“Shooting an Elephant” é, assim, uma crítica ao colonialismo bem mais desestabilizadora e inquietante do que a presente nas obras anteriores, que ofereciam aos leitores e leitoras o conforto de uma perspectiva maniqueísta da questão e a tranquilidade de uma leitura moral do problema da injustiça. Mas quer no ensaio quer nessa autobiográfica Segunda Parte de *The Road to Wigan Pier* encontramos um narrador que consegue encarar os “unpleasant facts” da sua cumplicidade com o colonialismo com outra abrangência e que os integra agora na totalidade de uma visão política do mundo.

#### 4. Os ensaios e o jornalismo dos anos de guerra – “The English Revolution”

1936 foi um ano de viragem para Orwell. A sua viagem ao Norte de Inglaterra, onde pôde avaliar os efeitos da Grande Depressão nas comunidades mineiras, trouxe-lhe o conhecimento sobre a classe trabalhadora de que necessitava para redireccionar a empatia emocional que sentira para com os oprimidos depois da sua experiência como opressor e a transformar num projecto político de defesa do socialismo democrático. Este projecto começa a esboçar-se em *The Road to Wigan Pier*, nessa polémica Segunda Parte, em que Orwell por um lado apresenta o socialismo como único sistema político viável para fazer face à crise e por outro ataca violentamente os socialistas, culpando-os de alienarem o povo inglês e de o afastarem da causa socialista. Não será oportuno, neste contexto, entrar em detalhes sobre essa controversa secção da obra, a não ser relembrando que Orwell se apresenta perante os leitores e leitoras como o exemplo de alguém que percorreu esse caminho de consciencialização política que medeia entre a sua participação no Império e o seu abraçar de uma ideologia de esquerda, caminho esse que o/a leitor/a da obra é vivamente encorajado a percorrer também.

A urgência do projecto é óbvia, neste momento histórico de expansão do fascismo na Europa e de ameaça de guerra mundial. E é esta a razão pela qual Orwell começa por esta altura a desenhar o plano de uma profunda transformação da sociedade inglesa, essa “English Revolution” que proporá explicitamente mais tarde em “The English People” e *The Lion and the Unicorn*, utopia rival da distopia que encontramos em *Nineteen Eighty-Four*, e ideal que orientou a sua escrita na última década de vida. Reimaginar a nação, mantendo o que de melhor a tradição oferece, mas rejeitando tudo o que, vindo do passado,

é prejudicial e negativo, construir um alargado movimento socialista com o “common man” no centro, resgatar o patriotismo do seu açambarcamento pela direita e transformá-lo numa força revolucionária; enfim, reinventar essa entidade – a nação – a um tempo mítica e concreta, transformando-a radicalmente mas mantendo-a ainda familiar e reconhecível pelo cidadão comum, é a linha-mestra do pensamento e da intervenção de Orwell na década de 40.

O imperialismo britânico não pode ter – e não tem – lugar neste projecto. Já em *The Road to Wigan Pier* Orwell perguntava acusatoriamente à esquerda: “Do you want the British Empire to hold together or do you want it to disintegrate?” (Orwell 1974: 139), e respondia, com uma dessas generalizações (quicá abusivas, mas justificáveis no discurso polémico) de que a sua prosa está cheia, que infelizmente “at the bottom of his heart no Englishman, least of all the kind of person who is witty about Anglo-Indian colonels, does want it to disintegrate” (*ibidem*). Segundo Orwell, a esquerda não queria enfrentar as inevitáveis consequências da quebra do nível de vida que o final do Império implicaria, nem ver reduzido o estatuto de Inglaterra a “a cold and unimportant little island where we should all have to work very hard and live mainly on herring and potatoes” (*ibidem*: 140). E no entanto, para o autor, o desmantelar do Império era vertente essencial da reconstrução do país, a par da extinção das barreiras de classe, da democratização da educação, do fim do mito do progresso tecnológico, do descrédito de teorias xenófobas e da abolição dos privilégios económicos e sociais.

É o que defenderá em inúmeros ensaios que escreveu entre 1939 e 1945, nomeadamente em *The Lion and the Unicorn*, onde discute o declínio do Império nas décadas anteriores e advoga, como parte do programa em seis pontos que consubstancia a sua ideia da Inglaterra renovada que, segundo ele, deveria emergir da Segunda Grande Guerra, “[i]mmediate Dominion status for India, with power to secede when the war is over” (Orwell 1998: XII, 422). Aí se sugere também que a relação entre os dois países deverá ser a de uma “partnership on equal terms until such time as the world has ceased to be ruled by bombing planes” (*ibidem*: 426), seguida pela independência da Índia logo que a guerra termine. A sua utopia de reconstrução e recriação do país passa, portanto, incontornavelmente, pelo fim da era colonial e da exploração do subcontinente indiano, e pelo estancar do “stream of dividends that flows from the bodies of Indian coolies to the banking accounts of old ladies in Cheltenham” (*ibidem*: 425).

Mas, para Orwell, este desenvolvimento político só seria possível se a Inglaterra se constituísse como país socialista, revolução tanto mais

urgente quanto dela dependeria não só a alteração interna do país, mas a sua relação com as ex-colónias e a sua posição geo-estratégica no mundo do pós-guerra. O que advoga (*ibidem*: 427), numa visão não muito distante da que presidiu mais tarde à criação da Commonwealth, é que a Inglaterra e as antigas colónias se constituam numa federação de estados socialistas independentes, mas mantendo ligações estreitas entre si, sempre no espírito da “partnership on equal terms” que reputa como essencial. Curiosamente, Orwell sugere que a língua inglesa deverá ser um dos elos mais fortes de qualquer futura relação entre a Inglaterra e a Índia, “the best bridge between Europe and Asia, better than trade or battleships or aeroplanes” (Orwell 1998: XV, 34) e espera que os indianos (neste caso o seu amigo e colega na BBC Mulk Raj Anand) “[w]ill continue to write in it, even if it sometimes leads you to be called a ‘babu’ (as you were recently) at one end of the map and a renegade at the other” (*ibidem*). Orwell entenderia, certamente, a posição de escritores como Salman Rushdie, para quem o uso da língua inglesa, num mundo já pós-colonial, continua a ser problemático e a enfermar destas ambiguidades identitárias, mas cuja apropriação Rushdie considera determinante, em última análise, “to complete the process of making ourselves free” (Rushdie 1992: 17).

É sintomático que a sua preocupação com a linguagem (presente, por exemplo, em “Politics and the English Language” e na criação do *Newspeak* em *Nineteen Eighty-Four*) o leve até, aquando da reedição de *Burmese Days*, a corrigir muito do vocabulário politicamente incorrecto da obra, emendando “Chinaman” para “Chinese” e acrescentando aspas a “native”. Como explica num dos seus artigos no *Tribune* sobre o tratamento dos negros no Sul dos Estados Unidos, a intervenção individual contra o racismo pode e deve passar por “one small precaution, which is not much trouble, and which can perhaps do a little to mitigate the horrors of the colour war. That is to avoid insulting nicknames” (Orwell 1998: XVI, 24).

O racismo e o imperialismo continuam a estar no centro das preocupações de Orwell, que nunca perde a oportunidade de escrever recensões críticas sobre obras que se refiram à Índia (só em 1943 foram quatro as recensões que publicou sobre a matéria), nem de intervir pessoal e/ou publicamente sobre a questão da descolonização. É bem conhecida a resposta que deu à Duquesa de Atholl, que o convidara a participar num fórum da *League of European Freedom*, e a quem Orwell escreveu, declinando o convite e explicando que “I cannot associate myself with an essentially Conservative body which claims to defend

democracy in Europe but has nothing to say about British imperialism” (Orwell 1998: XVII, 385). Por último não podemos deixar de lembrar o seu trabalho na BBC, onde foi responsável pela *Indian Section*, que durante a Guerra transmitia noticiários semanais sobre o desenvolvimento do conflito e programas de índole cultural e literária para o público do subcontinente. Se Orwell, como na opinião de alguns críticos, se demitiu da BBC porque se sentia restringido pela censura e impedido de veicular as suas ideias sobre a futura independência das colónias é uma questão problemática e ainda não totalmente esclarecida.<sup>7</sup> O que é certo é que Orwell aceitou a responsabilidade do cargo porque de algum modo entendia ter ainda – agora já não prioritariamente através da forma ficcional, mas do ensaio, da recensão e do programa radiofónico (formas menos “literárias” mas mais directamente interventivas) – uma palavra a dizer sobre uma matéria que tão de perto o tocara e sobre a qual tinha vindo a fazer uma reflexão aprofundada.

O que se lhe apresentara anos antes como conflito interior e pessoal passa depois a fazer parte da visão global que Orwell tem do mundo do seu tempo e do futuro que se lhe seguirá. E se, por exemplo, o seu projecto de uma “English revolution” nos surge a nós, com o benefício da visão retrospectiva, como ingénua e/ou inviável, e se muitas das projecções orwellianas se nos afiguram como incorrectas ou demasiadamente pessimistas, o seu mérito reside, ainda, na capacidade que demonstrou de transmutar o pessoal no público, o subjectivo no histórico, e na atitude que progressivamente foi construindo de um simultâneo “insider” e “outsider” perante a experiência. Optimizando, a um tempo, a autoridade de quem pessoalmente testemunhou as injustiças (e também as benesses) da colonização e de quem deliberadamente se situou criticamente fora de si mesmo e da realidade colonial, Orwell dramatiza as nossas contradições enquanto ocidentais perante o que estrategicamente fomos criando como Outros, expondo-se como figura paradigmática de um processo de consciencialização política e de reflexão teórica que ele nos encoraja a duplicar. Esse processo implica sempre o desdobramento do Eu e a perspetivação das nossas práticas e discursos como a um tempo actos de um sujeito historicamente responsável e objectos de uma interrogação crítica sobre a forma como nos construímos – e como construímos os nossos Outros.

E como não ler *Nineteen Eighty-Four* em termos da sua visão de um mundo em que o domínio imperial das grandes potências sobre o resto do globo é agora exacerbado pelo carácter totalitário de todas elas, e em que os caminhos que levam de Mandalay a Wigan são progressivamente mais difíceis – se não impossíveis – de percorrer?

<sup>1</sup> Veja-se o tom disciplicente com que Orwell se refere ao modelo marxista, por exemplo, caricaturando a sua terminologia como “the sacred sisters, thesis, antithesis and synthesis” (Orwell 1974: 202).

<sup>2</sup> Para uma história detalhada da publicação da obra, leia-se, por exemplo, Davison 1996: 47-51.

<sup>3</sup> Deva-se dizer, em abono de Gollancz, que Orwell (na ingenuidade do escritor inexperiente, ou com um sentido de humor perverso e provocatório? É impossível saber) afirmou a Gollancz que o romance era baseado em factos verídicos, que as personagens tinham um correspondente exacto na vida real e que os nomes tinham sido mantidos. Não será difícil de imaginar o pânico do editor...

<sup>4</sup> A U Po Kyin e às personagens orientais da obra se poderia aplicar, em termos gerais, o que Homi Bhabha refere como o estereótipo do Outro colonial: “The black is both savage (cannibal) and yet the most obedient and dignified of servants (the bearer of food); (...) he is mystical, primitive, simple-minded and yet the most worldly and accomplished liar, and manipulator of social forces” (Bhabha 1994: 82).

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, a crítica que Robert Young faz à obra de Said *Orientalism*, em *White Mythologies. Writing History and the West* (Young 1990: 126-129, 141-145).

<sup>6</sup> Leia-se a confissão de Orwell a este propósito em *The Road to Wigan Pier*, particularmente no capítulo 9 da Segunda Parte da obra.

<sup>7</sup> T. R. Fyvel, amigo pessoal de Orwell e que com ele privou nesta época, lembra-se de uma conversa em que Orwell lhe terá afirmado que “given what reputation he had in India as an anti-imperialist writer he was unhappy about lending his name to BBC broadcasts; to put out talks on British literary values was irrelevant at a time when Nehru and other Indian Congress leaders were being held in prison by the British Government (...). All he thought needed to be broadcast by the BBC was straight news and a British declaration that after the defeat of Japan, India could have immediate self-government” (Fyvel 1982: 123-124). Na sua discussão da questão a págs. 121-126, Fyvel atribui a este descontentamento a eventual demissão de Orwell da BBC. A este se juntaram certamente outros factores que contribuíram para a decisão, sendo impossível saber qual o peso relativo deste em particular.

## Obras Citadas

Bhabha, Homi (1994), *The Location of Culture*, London, Routledge.

Davison, Peter (1996), *George Orwell. A Literary Life*, London, Macmillan.

Fyvel, T. R. (1982), *George Orwell. A Personal Memoir*, London, Hutchinson.

Lee, Robert A. (1969), *Orwell's Fiction*, Notre Dame, University of Notre Dame Press.

Lucas, Scott (2003), *Orwell*, London, Haus Publishing.

Orwell, George, *The Complete Works of George Orwell*, ed. Peter Davison, London, Secker & Warburg, 20 vols.

Rushdie, Salman (1992), *Imaginary Homelands*, London, Granta Books.

Smyer, Richard (1979), *Primal Dream and Primal Crime. Orwell's Development as a Psychological Novelist*, Columbia, University of Missouri Press.

Stanzel, Franz (1971), *Narrative Situations in the Novel. “Tom Jones”, “Moby Dick”, “The Ambassadors”, “Ulysses”*, Bloomington, University of Indiana Press.

Williams, Raymond (1971), *Orwell*, London, Fontana/Collins.

Young, Robert (1990), *White Mythologies. Writing History and the West*, London, Routledge.